

# **AVALIAÇÃO: UM INSTRUMENTO QUE POSSIBILITA REFLETIR A PRÁTICA PEDAGÓGICA**

## **EVALUATION: AN INSTRUMENT THAT ALLOWS REFLECTING THE PEDAGOGICAL PRACTICE**

Erisnaldo Francisco Reis\*

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar a importância da avaliação como instrumento para melhoria da prática pedagógica na Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz do município de Rubim – Minas Gerais. A pesquisa foi qualitativa e com fundamentação teórica baseando-se em obras de autores especialistas na temática tais como: Libaneo (1994), Hernández (1998), Perrenoud (1999), Gadotti (2000), Luckesi (2004), Pereira (2012), dentre outros e também em documentos oficiais do Ministério da Educação. Foi realizada uma análise do Projeto Político Pedagógico da escola em questão focando-se na prática avaliativa, como instrumento orientador do processo de ensino e de aprendizagem, para a melhoria da prática pedagógica. Faz-se descrição da concepção de avaliação relacionando com aquilo que a escola propõe no PPP acerca de todo o trabalho pedagógico-administrativo e prática da avaliação. Nas considerações finais, relata-se que a avaliação é uma prática que deve ocupar lugar central nos processos de ensino e de aprendizagem e que pode ser concebida como ponto de reflexão para o redimensionamento da prática pedagógica do professor e, conseqüentemente, melhorar os processos de ensino e de aprendizagem.

**Palavra-chave:** Ensino. Aprendizagem. Prática Pedagógica. Reflexão.

### **ABSTRACT**

The objective of this work is to analyze the importance of evaluation as an instrument to improve the pedagogical practice in the Coronel Melvino Ferraz Municipal School in the city of Rubim - Minas Gerais. The research was qualitative and with a theoretical basis based on the works of authors specialized in the thematic such as: Libaneo (1994), Hernández (1998), Perrenoud (1999), Gadotti (2000), Luckesi (2004), Pereira, among others and also in official documents of the Ministry of Education. Was realized an analysis of the Pedagogical Political Project of the school in question focuses on the evaluation practice, as a guiding instrument of the teaching and learning process, for the improvement of pedagogical practice. Makes a description of the evaluation concept is related to what the school proposes in the PPP about all pedagogical-administrative work and evaluation practice. In the final considerations, it is reported that the evaluation is a practice that should occupy a central place in the teaching and learning process and that can be conceived as a point of reflection for the re-dimensioning of the pedagogical practice of the teacher and, consequently, to improve the processes of teaching and learning.

**Keyword:** Teaching. Learning. Pedagogical Practice. Reflection.

---

\* Mestre em Ensino de Ciências Exatas - UNIVATES/RS, graduado em Ciências Biológicas – UEMG, professor da Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais. [erisnaldoreis1@gmail.com](mailto:erisnaldoreis1@gmail.com)

## **Introdução**

É de conhecimento que dentro dos processos de ensino e de aprendizagem a avaliação tem relevância. Sabe-se que por meio do processo avaliativo que se obtém os dados necessários para a análise da qualidade do serviço educacional prestado pela escola.

Toda escola deve projetar sua prática pedagógica e no que se refere à avaliação, é necessário estabelecer objetivos e definir ações. Acredita-se que o instrumento tido como adequado para tal projeção é o Projeto Político Pedagógico, no qual a escola expõe propostas para a sua prática educativa.

No tocante à avaliação, Hoffman (1999) salienta que o seu papel não é apresentar verdades autoritárias, mas investigar, problematizar e, principalmente, ampliar perspectivas. Nesse aspecto, entende-se que a escola pode colocar a avaliação como norteadora do trabalho do professor. Pode colocá-la como possibilidade de se fazer intervenção para que o aluno supere as dificuldades de aprendizagem. A avaliação necessita ser ponto de partida para reflexão e reorganização da prática pedagógica.

Do exposto, depreende-se que é no Projeto Político Pedagógico que a escola destaca a sua visão acerca da avaliação e da sua prática pedagógica. Frente a isso, este trabalho tem o objetivo de compreender a prática avaliativa como possibilidade de reflexão, relacionando-se com o Projeto Político Pedagógico. De modo específico busca analisar o papel da avaliação no contexto escolar e identificar como a avaliação é projetada para contribuir com a aprendizagem dos alunos. Para tanto, realizou-se uma consulta bibliográfica para fundamentação teórica do trabalho. A consulta se deu em material impresso e em base de dados eletrônicos. Os trabalhos foram lidos de forma exploratória e os dados selecionados foram utilizados na elaboração deste texto. Para a análise do Projeto Político Pedagógico, utilizou-se o documento oficial da Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, focando-se as práticas descritas relacionadas à avaliação.

Neste trabalho apresenta-se uma caracterização da escola e aborda a avaliação em conformidade com as concepções dos autores que relatam acerca da temática, associando-se com as expressões registradas no Projeto Político Pedagógico da referida escola.

Espera-se contribuir com dados que possibilitem compreender o PPP como instrumento flexível em que são expressas as perspectivas da escola e no qual se retrata

a prática avaliativa desenvolvida e não somente um documento de gaveta.

### **Avaliação e Projeto Político Pedagógico – uma conexão necessária**

Sabe-se que a avaliação é um assunto amplo e complexo, que está em constante discussão. Acredita-se que há necessidade de ter uma compreensão mais definida do porquê avaliar, o quê avaliar, quem avaliar e as consequências geradas por um processo de avaliação.

Muitas são as ideias que se faz de avaliação. Nesse aspecto, pensa-se que a definição de avaliação deve ser bem compreendida. Muitos autores apresentam as suas definições e o Ministério da Educação também o faz.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, a avaliação está definida como um conjunto de atuações com a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica (BRASIL, 1997, p. 81). Como está expressa no referido documento, a avaliação deve acontecer

[...] contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. É instrumento que procura conhecer o quanto o aluno se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada (BRASIL, 1997, p. 81).

Conforme o que está descrito nos PCNs, a avaliação é um instrumento importante que possibilita conhecer aspectos da aprendizagem dos alunos. Também pode ser entendida como processo. O Ministério da Educação expressa que a avaliação deve ser compreendida como “processo” do qual se dá a aprendizagem, revelado nas condições da escola e na ação do professor (BRASIL, 2004).

Segundo Sant'Anna (2002, p. 32) “é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático”.

No pensamento de Luckesi (2004, p. 4), “avaliar significa subsidiar a construção do melhor resultado possível e não pura e simplesmente aprovar ou reprovar alguma coisa”.

Sem aprofundar, mas buscando trazer à tona aquilo que a legislação, estabelece acerca da avaliação, aponta-se aqui o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional versa em seu Artigo 24º, Capítulo II, inciso V, quanto à verificação do rendimento escolar e os determinados critérios:

Avaliação contínua do desempenho do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, assim como dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, mediante verificação da aprendizagem; Aproveitamento dos estudos concluídos com êxito; Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (BRASIL, 2010, p. 24).

Para Pereira (2012), não há dúvida que a avaliação deve ser processual, contínua, participativa, diagnóstica e investigativa, cujas informações ali expressas propiciem o redimensionamento da ação pedagógica e educativa, reorganizando as próximas ações do educando, da turma, do educador, do coletivo e mesmo na escola no sentido de avançar no entendimento e desenvolvimento do processo de aprendizagem.

Entende-se que, para que a avaliação seja efetiva, ela deva acontecer durante todo o processo avaliativo. Segundo Busarello (2004), ela deve acontecer nas relações dinâmicas da sala de aula que orientam as tomadas de decisões subsequentes referentes ao conteúdo. Nesse sentido, há necessidade de refletir a metodologia e estratégias, para que todos consigam buscar a informação e transformá-la em conhecimento.

Conforme expõe Pereira (2012, p. 3), “a avaliação na escola vem sendo questionada não somente quanto aos instrumentos utilizados, mas também no que diz respeito à sua elaboração, aplicação e principalmente, acerca do que é realizado com os seus resultados”.

Entretanto, compreende-se que “não existe o instrumento de avaliação perfeito, como muitos querem fazer crer, mas acredita-se que eles sejam mais eficazes e próximos do saber real dos alunos” (ESTEBAN, 2003, p. 126).

[...] a avaliação, implica para os professores, uma tarefa de ajuste constante entre o processo de ensino e o de aprendizagem, para se ir adequando a evolução dos alunos e para estabelecer novas pautas de atuação em relação às evidências sobre sua aprendizagem (HERNÁNDES, 1998, p. 95).

Posto isso, fica a ideia de que a avaliação é o ponto de partida para o professor reestruturar a sua prática. E firmando esta ideia, Souza (2005) discorre que o objetivo da avaliação é de fato identificar em que medida os resultados alcançados estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível, descobrir as razões dessa

proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. Nesse sentido, Perrenoud (1999, p. 53) afirma que “avalia-se para agir”.

Então, depreende-se que o resultado de uma avaliação deve ser o direcionamento para refletir e projetar novas estratégias de ensino e de aprendizagem. Frente a isso, buscou-se compreender a relação que se estabelece entre Projeto Político Pedagógico e avaliação, a partir da análise do PPP de uma escola do município de Rubim - Minas Gerais.

A escola, cujo PPP foi analisado, é denominada Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, integrante da rede municipal de ensino, da cidade de Rubim – Minas Gerais. Foi fundada no ano de 1966, por meio do decreto de Lei nº 8178, de 22 de fevereiro de 1965 e municipalizada em 1998. Atende a alunos dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, no turno matutino e no vespertino. Tem funcionamento no regime regular, atendendo também na modalidade de educação de tempo integral. O corpo discente atendido pela escola é em sua maioria da zona urbana, contudo há um número significativo de alunos da zona rural que chegam à escola via transporte escolar.

Por meio do seu Projeto Político Pedagógico, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz busca articular o processo da construção do conhecimento, a partir das atividades propostas nas diversas disciplinas e de forma interdisciplinar.

Como explica Veiga (2003), o PPP é o projeto pelo qual deve ocorrer o engajamento coletivo na escola. É um projeto elaborado

[...] para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos (VEIGA, 2003, p. 275).

Conforme o que expõe Veiga (2003), o PPP é a programação coletiva para os vários momentos do trabalho escolar, tanto no que se refere à parte pedagógica, quanto à administrativa. Em se tratando de uma produção coletiva, não pode ser deixado de lado o seu aspecto político. Nesse sentido, segundo Saviani (1992), a dimensão política se consolida na medida em que ela vai se realizando enquanto prática especificamente pedagógica”.

Para Gadotti (2000), um projeto pedagógico não pode ser construído sem uma direção política, sem um rumo norteador. Assim o projeto pedagógico da escola é também político. E por ter um caráter político, o projeto pedagógico da escola se coloca como um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola (GADOTTI, 2000).

No PPP analisado, a avaliação tem uma atenção relevante. No tocante a isso, a escola propõe estimular e acompanhar de modo global a avaliação do aluno, criando possibilidade de verificação permanente do desempenho deste em relação aos objetivos do seu currículo, utilizando-se de diversos instrumentos de avaliação. A forma como a escola entende a avaliação e a descreve no seu PPP vai ao encontro da ideia explicitada por Moretto (2005, p. 95-96) que assim expõe:

Avaliar a aprendizagem tem um sentido amplo. A avaliação é feita de formas diversas, com instrumentos variados, sendo o mais comum deles, em nossa cultura, a prova escrita. Por esse motivo, em lugar de apregoarmos os malefícios da prova e levantarmos a bandeira de uma avaliação sem provas, procuramos seguir o princípio: se tivermos que elaborar provas que sejam bem-feitas, atingindo seu real objetivo, que é verificar se houve aprendizagem significativa de conteúdos relevantes.

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, por meio do seu Projeto Pedagógico, considera a avaliação como um instrumento de melhoria da educação, uma vez que possibilita identificar dificuldades e avanços, para organizar as ações que darão aos alunos a oportunidade de progredir nos estudos. Elucidando o exposto, descreve-se, então, o pensamento de Rabelo (1998) que confirma que a partir da avaliação a escola deve validar ou rever o seu trabalho pedagógico.

Enquanto objeto com possibilidades diagnósticas, vinculada ao processo de ensino e de aprendizagem precisamos elaborar um projeto de avaliação que em primeira instância, e através dos instrumentos nele instituído, possa servir a todo instante como *feedback* para avaliar não só o aluno, seu conhecimento, mas também toda uma proposta da escola, possibilitando, assim, validar e/ou rever o trabalho pedagógico a cada momento em que isto se fizer necessário (RABELO, 1998, p. 12).

Nesta linha de pensamento, pensa-se que a avaliação deve ser vista como momento de reflexão acerca da prática. A escola ainda propõe no seu PPP uma prática de avaliação contínua e processual, buscando garantir os meios necessários para o desenvolvimento e a recuperação do aluno em todos os níveis da educação básica.

Nesse aspecto, compreende-se que o trabalho avaliativo da escola está em consonância com os PCNs, que enfatizam que a avaliação subsidia o professor com

elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos, que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo individual ou de todo grupo. Ainda está descrito nos PCNs que a avaliação é para o aluno

[...] o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender; para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio (BRASIL, 1997, p. 81).

Conforme está relatado no seu Projeto Político Pedagógico, a escola traz a avaliação como algo que deve ocorrer cotidianamente. Pedagogicamente, propõe que o aluno seja avaliado de diversos modos, não utilizando somente avaliações escritas. Propõe que sejam avaliadas as atitudes, as formas de interpretação, o caminho percorrido para concluir algo. Propõe ainda, que tudo seja criteriosamente analisado na verificação dos avanços do processo de ensino e aprendizagem, buscando fazer valer o objetivo maior da avaliação.

A Escola também descreve que os instrumentos e situações de avaliações devem ser os mais variados: escritos, orais, trabalhos, provas, pesquisas individuais, em duplas ou em grupos. Determina que todas as atividades de ensino podem ser utilizadas para avaliar e os resultados das avaliações devem ser expressos em relatórios, constituindo uma referência para o aluno e para sua família sobre o que o mesmo já consolidou e o que ainda deverá ser consolidado.

Vale lembrar que, em se tratando de avaliação não se pode exigir que todos os alunos desenvolvam as mesmas habilidades cognitivas a partir dos mesmos conteúdos e dentro do mesmo período de tempo. Assim, na sua Proposta a escola considera o ritmo, tempo, maneira de aprender que são próprios de cada um e, enfatiza que é necessário que o processo de avaliação seja capaz de distinguir as diferenças que se apresenta em classe e prover o professor de informações que lhe permitam, a cada momento, conhecer as necessidades dos alunos e progressos já alcançados.

No PPP da escola está destacado que os resultados da avaliação interna realizada pela escola e os resultados das avaliações PROEB/SIMAVE, PROALFA e PAAE devem ser considerados, para elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), conforme dispõe a Resolução SEE-MG Nº 2197/2012. Os resultados dessas avaliações devem direcionar para um replanejar das ações avaliativas no interior da escola. Para enfatizar, utiliza-se as palavras de Libâneo (1994, p. 195) que ressalta:

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias.

A escola propõe buscar práticas avaliativas democráticas, coletivas e dialogadas entre gestão, especialistas e professores. Nessa perspectiva busca as bases para a reorganização do que se pretende ensinar, procurando conhecer o que os alunos sabem, o quanto sabem e se estão distante ou perto dos objetivos educacionais propostos no seu Projeto Político Pedagógico.

Também está ressaltado que, aqueles alunos que por ventura não conseguirem atingir o nível recomendável nas avaliações, deverão receber atendimento através de intervenção pedagógica, onde se criará novas oportunidades de aprendizagem, possibilitando prosseguimento nos estudos. De acordo com Souza (2005), a avaliação da aprendizagem fornece informações muito preciosas sobre o que acontece na prática pedagógica e deve ter apenas uma razão de ser: identificar o perfil da aprendizagem dos alunos e mostrar as razões do porque estão ou não aprendendo, de modo que possa rever os planejamentos e metodologias de ensino e a própria prática avaliativa.

Portanto, na Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, o trabalho de planejar e tomar decisões envolve democraticamente a todos. Seu PPP expressa de modo objetivo as propostas que os profissionais entendem possibilitar que os alunos aprendam e que, conseqüentemente, melhora a qualidade do ensino.

### **Considerações finais**

A avaliação da aprendizagem escolar depende de vários condicionantes que implicam em conseqüências que determinam se o aluno teve sucesso ou não no seu aprendizado. É uma prática que deve ocupar lugar central nos processos de ensino e de aprendizagem.

Fica compreendido que a avaliação precisa ser concebida como ponto de reflexão para que o professor possa redimensionar sua prática pedagógica e, conseqüentemente, melhorar os processos de ensino e de aprendizagem.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico analisado, notou-se que a escola apresenta visão firme da importância da avaliação para os processos de ensino e de



aprendizagem e faz proposições que seguem orientadas em documentos oficiais e com uma fundamentação teórica consistente.

Compreendeu-se que a avaliação ocupa lugar importante no PPP daquela Escola. Contudo, vale lembrar que não basta ter uma visão do significado da avaliação, mas ter em mente que a prática avaliativa desenvolvida venha consolidar a avaliação idealizada, planejada, coletiva e democraticamente. Que a avaliação seja tomada numa perspectiva para detectar as dificuldades e possibilidades de desenvolvimento dos educandos. Que os resultados sejam ponto de partida para se utilizar de novas estratégias, de novas metodologias de ensino, ou seja, que a avaliação se mostre como instrumento que possibilita refletir a prática pedagógica para melhoria no ensino e na aprendizagem.

O tema avaliação é bastante discutido, porém, ainda pouco compreendido. Nesse trabalho foi focada apenas a questão da avaliação relacionada com o Projeto Político Pedagógico de uma determinada escola, o que deixa a possibilidade de novas pesquisas para trazer outros aspectos que possam contribuir para o entendimento da avaliação e a sua conexão com o PPP.

## **Referências**

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2016.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 5. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2010. (Série Legislação; n. 39) Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Disponível em: <[https://pedagogiaaopedaletra.com/wp-content/uploads/2011/12/ldb\\_5ed.pdf](https://pedagogiaaopedaletra.com/wp-content/uploads/2011/12/ldb_5ed.pdf)>. Acesso em: 6 set. 2016.

BRASIL. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola.** Brasília, DF: MEC/SEB, 2004. p. 38-40. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII).

BUSARELLO, S. R. M. **Avaliação da aprendizagem:** uma perspectiva de mudança da prática. Associação Educacional Leonardo da Vinci. ICPG - Instituto Catarinense de Pós-Graduação. 2004. Disponível em: <[http://www.fag.edu.professores/anderson/Os icopedagogia%202013/Exer%EDcios%20e% aula20de%2028-05/avalia%E7%E3o%20da%20aprendizagem02.pdf](http://www.fag.edu.professores/anderson/Os%20icopedagogia%202013/Exer%20EDcios%20e%20aula20de%2028-05/avalia%E7%E3o%20da%20aprendizagem02.pdf)>. Acesso em: 3 set. 2016.

ESTEBAN, M. T. **Escola, currículo e avaliação.** São Paulo: Cortez, 2003. (Série cultura, memória e currículo, 5).

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 1994. (Coleção Magistério 2º Grau. Série Formando Professor).

LUCKESI, C. C. Considerações gerais sobre avaliação no cotidiano escolar. Entrevista concedida à Aprender a Fazer. **Impressão Pedagógica**, Curitiba, n. 36, 2004, p. 4-6. Disponível em: <<http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>>. Acesso em: 4 set. 2016.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 2197, de 26 de outubro de 2012**. Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais.

MORETTO, V. P. **Prova um momento privilegiado de estudos e não um acerto de contas**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

PEREIRA, M. S. Currículo, avaliação e trabalho pedagógico: um olhar tridimensional sobre a escola organizada em ciclos. **Espaço do Currículo**, v. 4, n. 2, p. 149-161, set. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>>. Acesso em: 16 set. 2016.

\_\_\_\_\_. A avaliação das aprendizagens e a escola em ciclos: o que muda na prática docente? In: ENDIPE-ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO XVI, **Anais...** Campinas, 2012. Campinas: Junqueira & Marin Editores, 2012. Livro 3, p. 1610-1621. Disponível em: <[http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos\\_template/upload\\_arquivos/acervo/docs/1826b.pdf](http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/1826b.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2016.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RABELO, E. H. **Avaliação novos tempos novas práticas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? como avaliar?: critérios e instrumentos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, A. R. et al. Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Gestão e avaliação da educação escolar**. Curitiba: Editora da UFPR, 2005. p. 17- 22. (Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública, Caderno 4).

VEIGA, I. P. A. Projeto Inovações e projeto-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003.